

Entre a orelha, a língua e a mão: a origem africana para o leitor infantil e juvenil

Heloisa Pires Lima*

Resumo

O artigo propõe uma reflexão acerca do tema raça, cor e etnia na literatura produzida no Brasil e na África de língua portuguesa direcionada para o circuito editorial voltado para o leitor infanto-juvenil.

Palavras-chave: Raça; Cor; Etnia; Literatura infanto-juvenil.

A reflexão acerca do tema raça, cor e etnia na literatura produzida no Brasil e na África de língua portuguesa abrange inúmeros aspectos. Procuraremos focar, numa perspectiva antropológica, o território da memória, quase como revolver camadas de um imaginário formado na sociedade brasileira. As bibliotecas da infância ou juventude, sobretudo a ilustração das obras, são fontes a serem revisitadas. Portanto, é o ângulo do contato com as obras o primeiro ponto a privilegiarmos, por conduzirem o leitor a perceber certa origem africana. A elaboração de ideias de África por meio dos ingênuos livros, por sua vez, expõe a dinâmica dos valores e das crenças embutidas na informação. Destacaremos a narrativa visual dos textos como mensagens a tecer argumentos culturais. Para tanto, focalizaremos algumas obras do passado, como um breve exercício de apontar vertentes para a exploração do assunto em sua dimensão temporal. O distanciamento auxilia a relação com o contexto onde foram gestadas. Após tratarmos de uma produção significativa, embora genérica, procuraremos levantar questões acerca das publicações que nos fizeram conhecer, no Brasil, algum repertório dos contos e fábulas africanas. Esse encontro com uma África portuguesa foi mediado por traduções culturais mais que lingüísticas. E finalmente, já no século XXI, apresentaremos alguns dilemas para memórias futuras. Se os recursos de comunicação têm contribuído, efetivamente, para facilitar o conhecimento mais direto das inúmeras formas e conteúdos literários existentes no continente, incluímos um depoimento para fechar o artigo.

* Universidade de São Paulo – USP.

Tal depoimento enfatiza a performance da oralidade e o processo de literarização como tendo ainda muito a ensinar, a inspirar o circuito editorial voltado para o leitor infanto-juvenil.

Lembrando uma África

As imagens, ao embutirem modelos de humanidade, constroem identidades sociais. Uma observação minuciosa das personagens permite isolarmos a postura corporal, a expressão facial, as posições ocupadas no relacionamento entre demais figuras em cena, a qualificação atribuída ao cenário. Esses, entre outros, são alguns dos elementos que compõem um ponto de vista para a narrativa.

Caso propuséssemos uma dinâmica vivencial em busca de livros que preencheram, afetivamente, nossa infância, quais deles se sobressairiam à lembrança? Da mesma forma, o passado das sociedades possui um histórico dessa circulação que se alojou como camada de uma percepção coletiva.

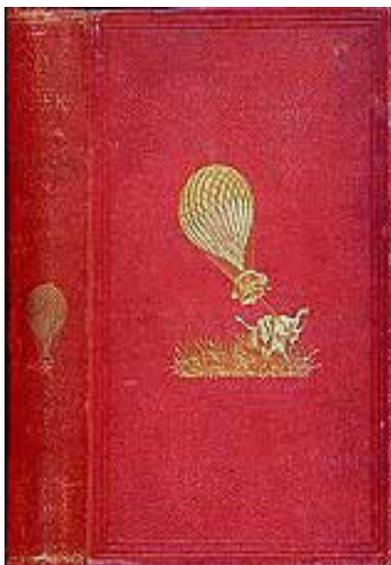
Vale alertar para a desproporção entre universos temáticos numa e noutra origem continental. Quais personagens que passaram por nossas vistas remetiam a uma origem asiática, indígena americana, do oriente, dos pólos da terra? Então, qual será o resultado se os cotejarmos com aqueles conhecidos por sua origem europeia?

Delimitando a origem africana que informa e forma o nosso leitor, propomos retroagir no tempo para um momento relativamente distante: o século XIX.

Recordemos o ano de 1811, quando caixotes de livros e papéis da biblioteca da família real portuguesa completaram sua transferência de Lisboa para o Rio de Janeiro formando a Biblioteca Real do Brasil. A censura e a proibição da instalação de tipografias na colônia cessaram com a criação da Impressão Régia, possibilitando a produção e o comércio de livros, folhetos e jornais. Com a Independência houve a instalação de editores-impressores e editores-livreiros na cidade do Rio de Janeiro. Muitos estrangeiros, sobretudo franceses. Essa história editorial acompanha as iniciativas para a instrução pública no país. A instrução dos príncipes e dos filhos de uma elite letrada, como a dos alunos do Colégio Pedro II, fundado no Rio de Janeiro em 1837, utilizava obras em língua francesa, lidas no original. O fomento de uma produção editorial local privilegiou traduções de textos de sucesso na Europa, e mesmo de textos americanos – houve iniciativas locais como a de Paula Brito, o tipógrafo, editor e livreiro.

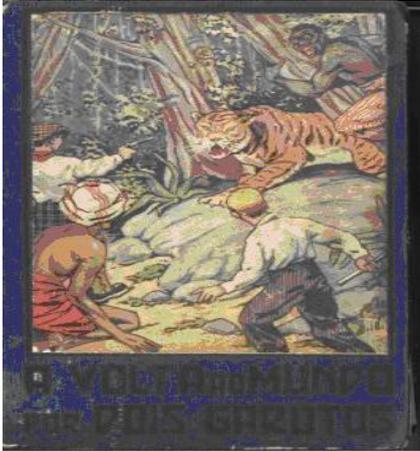
Tais quais as recordações mais pessoais, os livros que circularam no ambiente Oitocentista é uma memória que pode ser recuperada. Mais facilmente, a produção que irradia da capital do Rio de Janeiro.

Certamente lá estará Julio Verne (1828-1905), o escritor francês considerado o precursor do gênero ficção científica. Sua familiaridade com as teorias de ponta, de sua época, muitas vezes o levou a criar na literatura inventos como o submarino, máquinas voadoras, antes de existirem concretamente. Suas produções, sabemos, estavam baseadas em novidades da ciência. Textos, como o **Viagem ao centro da terra** (1864), **Da terra à lua** (1865), **A ilha misteriosa** (1870) e **A volta ao mundo em oitenta dias** (1872) deram asas à imaginação dos leitores e reconhecimento ao autor. Porém quando nosso interesse se volta para as bases nas quais se apoiava para escrever sobre as diferentes sociedades que aparecem nos enredos de sua autoria, particularmente interessante se torna **Cinco semanas em um balão**: viagem de descoberta da África por três ingleses. Pois, foi, justamente, a África a temática da primeira novela de sucesso do autor, publicada em 1863.



Trata-se de um relato de viagem com detalhes minuciosos de coordenadas geográficas, culturais e animais, sobre as quais decorrem as aventuras do eminente Doutor Fergusson, membro da Sociedade Real Geográfica de Londres. O escritor intelectual toma como referência, neste texto, autores e membros das mais renomadas instituições científicas da época: Livingstone, Clapperton e Denham, Burton e Speke. Faz referência, também, aos Boletins da Sociedade Geográfica de Paris, além da inglesa citada. Para o balão, o autor deu o nome de Vitória, o que nos remete ao contexto de interesses europeus sobre o continente negro.

Os argumentos racistas veiculados para os leitores ficam evidenciados nos desenhos em que os africanos são representados como macacos, ou seja, bestializados. A construção da diferença, nesse caso africana, além do não pertencimento como humanidade, utilizou a fórmula do idiotizar os africanos. Mesmo no século XX encontramos exemplares dessa lógica cultural, como o assinado pelo Conde Henri de la Vaux e Arnald Galopin em **A volta ao mundo por dois garotos** (s/d), publicado no Rio de Janeiro pela Editora Flores e Manos, com atualização de texto e mapas por Affonso Varzea, geógrafo, e Francisco Acquarone.



DE LA VAUX, Henri; GALOPIN, Arnald. **A volta ao mundo por dois garotos**. Rio de Janeiro: Flores e Manos Editores, (s/d). Atualização de texto e mapas por Affonso Varzea, geógrafo, e Francisco Acquarone.

O release na primeira página da obra informa:

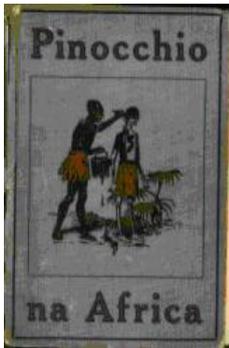
Um menino pobre, Francinet, deixa seu emprego num circo, em Paris, para salvar a vida de um menino milionário, Jack, perseguido por feroz bandido seqüestrador, Dal Burton. A perseguição se desenvolve por forma tal, que os dois petizes dão volta à África, conquistando a dedicação de um amigo, o preto Bafoulos, e atravessam o oceano Índico, alcançando a fidelidade de um companheiro, o Iaquedivo Atar, até que se perdem na jungle de Coromandel. (LA VAUX; GALOPIN, s/d)



Observemos a expressão facial de Bafoulos que o torna grotescamente estúpido. Vale reproduzirmos um trecho que complementa a forma visual: “Meus irmãos: este homem que em outro tempo foi queimado pelos fogos da terra, reabilitou-se nas regiões divinas, e sua alma que era negra, voltou a ser branca e agradável a Vichnu” (...) Bafoulos que não compreendia nada desse discurso...” (LA VAUX; GALOPIN, s/d, p. 122).

Continuemos a viajar, imaginariamente, para a África de nossas infâncias remotas. Dessa vez, com Pinóquio. O texto clássico era de Carlo Lorenzini, que sob o pseudônimo Collodi, assina **As aventuras de Pinóquio** que saem a partir de julho de 1881 no folhetim no **Giornale dei Bambini**, de Roma, e que são publicadas como livro, somente em 1883. No entanto, encontramos a obra

Pinóquio na África assinada por Cherubini. Até o momento não pudemos precisar se seria, da mesma forma, outro pseudônimo ou se o autor apenas se inspirou no clássico enredo onde a madeira, como metáfora da humanidade, apresenta a teoria da desobediência, salvação e redenção, base dos textos bíblicos.



CHERUBINI, E. **Pinocchio na África**.
Ilustrações de Charles Copeland. 3ª ed. São Paulo: Livraria Liberdade, 1929.

De toda forma, o prefácio de **Pinóquio na África** parte da conhecida história do Pinóquio de Collodi. O boneco, ao se interessar por animais selvagens, constrói o vínculo para a aventura africana. “Pinóquio se torna imperador de toda África. Frente aos tolos súditos, o imperador deslumbra a todos com sua sabedoria. Depois, se pinta de preto como um corvo.” (CHERUBINI, 1929). Ao longo da narrativa sempre repete “que espécie de gente será esta? O que vale é que sou feito de madeira!” (CHERUBINI, 1929). Certamente uma alusão ao canibalismo. Da imagem podemos atentar para a figura humana africana, que segue os moldes de um chipanzé da região.

Os exemplos citados seriam suficientes para refletirmos acerca das imagens que circularam para leitores juvenis d’outros tempos. A forma e os sinais positivos ou negativos que acompanham as ilustrações fizeram parte de uma rede simbólica que atingiu diretamente a percepção, não apenas da vida africana de outrora, mas as identidades espelhadas nessa descendência. Foram expressões artísticas do passado que agiram concretamente sobre as pessoas reais. Numa perspectiva coletiva, são criadouros de correntes sociais, ou seja, argumentos que associam crenças e, a elas, valorizações e desvalorizações.

Mas há um caso mais contundente a explicitar essa relação entre literatura e sociedade. Observemos uma análise produzida pelo Cooperation par l’Éducation

et la culture – CEC Wit over Zwart envolvendo manuais escolares. O objetivo era conhecer como esses materiais enredaram a colonização belga sobre o Congo.¹

Antes, relembremos um pouco da história desse relacionamento entre uma região africana e a Bélgica. Até 1870, a bacia do Congo não se destacava como interesse europeu. Esses governos ocidentais financiavam expedições para desbravarem rios e territórios do continente africano, o que lhes dava o direito de posse. Esta deveria ser, ainda, reconhecida por outras nações – os pavilhões. O rei Leopoldo, da Bélgica financia a descoberta da embocadura do rio Congo. Também financia uma associação Internacional, o Comitê de Estudos do Alto Congo – CEC –, que fomenta a fundação de um Estado negro livre, porém, financiado e assessorado pelo Comitê. A França destina orçamentos milionários, em francos, para expandir a dominação francesa na região. Portugal invoca os direitos de prioridade histórica de sua descoberta no século XV, alegando que o reino do Congo havia sido seu aliado nos séculos XVI e XVII. A Inglaterra tentava o reconhecimento de outros limites na África e negocia o reconhecimento da posse belga. Em fevereiro de 1908 uma Conferência Internacional, arbitrada por Bismarck, dá a cessão do Estado do Congo à Bélgica, que passa a ter seu império africano, posição esta que dura até junho de 1960.

As análises empreendidas pelo CEC acerca da maneira como o Congo é representado nos livros de História conclui terem eles seguido a lógica da missão civilizatória do rei e da pátria. O grupo examinador observou que, antes de 1960, o tom encontrado nas obras é puramente colonialista e impune. Após essa data, detectam um silêncio no material didático. Os anos da colonização deixam de ser referidos, o que foi interpretado como sendo um período para ser esquecido. Uma edição de 1954 retira termos que circulavam anteriormente, como bárbaros, atribuídos aos nativos. No entanto, também são detectadas críticas estrangeiras ao Estado independente do Congo. O leitor dos manuais seria exposto a um discurso triunfal da colonização, onde os belgas são apresentados como os melhores colonizadores. Frases como “O Congo conheceu uma experiência de desenvolvimento econômico única” são freqüentes.

A desconstrução cuidadosa do material revela uma sobreposição de preconceitos: o argumento principal que glorifica a colonização belga seria uma luta contra os mercadores árabes que viriam se abastecer de escravos no Congo, de maneira muito cruel. Num dos manuais dirigido a leitores de doze anos encontra-se o seguinte texto:

1 - Vincke, E. **Geographes et hommes d'ailleurs**: analyse critique de manuels scolaires. Bruxelles: Centre bruxellois de recherche et de documentation pédagogiques, 1985

O rei Leopoldo II foi o melhor e mais nobre defensor das populações negras da longínqua África. Os brancos fizeram o melhor possível nas colônias, mas os árabes pilhavam, saqueavam e incendiavam as aldeias, enfileirando escravos. Os homens do rei Leopoldo se bateram como leões na luta contra os negreiros.

Assim, a obra civilizatória justifica o direito à expansão e a crueldade dos adversários obriga a uma intervenção. O motivo econômico, ou seja, a exploração econômica do Congo, sobretudo o solo rico em diamantes, raramente é informada nos manuais. O usufruto das riquezas do coração da África, que exigiu a construção de estradas de ferro à custa de trabalhos forçados e da introdução da varíola, é totalmente ocultado. Num desses empreendimentos, o suor e o sangue negro são auferidos: houve a morte de 132 brancos e de 1800 negros. Os açoitamentos corporais, o incêndio de aldeias, as execuções para o objetivo são suprimidas como informação. A análise chama, ainda, a atenção para o fato de as fontes, até hoje, manterem os colonizadores como os únicos protagonistas e de silenciarem sobre os discursos de Patrice Lumumba, líder local da luta anti-colonial que conduziu a independência, e que permanece absolutamente invisível nos manuais.

Estendendo este contexto belga sobre o Congo, examinemos uma HQ produzida para leitores europeus que circula, até a atualidade, para crianças brasileiras.



Hergé- As aventuras de Tintim: Tintim na África, RJ, Record, 1970.

O lançamento original, de 1931, recebeu o título Tintim au Congo e não foi alterado para a edição brasileira. O texto que aparece em todos os livros da coleção é:

Quem é Tintim? O segredo de Tintim é proporcionar às crianças de histórias infantis em quadrinhos o que não conseguem: um herói que elas possam imitar. Tintim não é um ser irreal.. ele se

movimentada na realidade. Ele não tem nada de super homem que dá saltos de sete metros. (...) Sua coragem e inteligência são aquelas com que elas podem sonhar e ter algum dia. A frase “ser como Tintim” ou “agir como Tintim” já está se tornando na linguagem infantil dos países da Europa ocidental, sinônimo de coragem e audácia. (...) (HERGÉ, 1970)

Seguindo Tintim pela África, reparemos a elaboração da face cor de carvão. No entanto, o desenhista, ao representar uma humanidade branca não usa o recurso literal da cor de pele branca como papel. Esse detalhe interfere no contraste para a idiotização da figura africana.

O projeto editorial, realizado num contexto colonialista, servia para anunciar aos leitores europeus ideias acerca de um recém acoplado mundo africano. Difundir notícias desse relacionamento entre a Bélgica e uma desconhecida região chamada Congo também envolvia o público juvenil do reino europeu. Encontramos cenas como a do protagonista Tintim ensinando matemática aos africanos com um mapa, ao fundo, a dizer: “Hoje vamos falar de vossa pátria: a Bélgica.”

Certamente, são trechos como esse que tornam a realização da obra exemplar em vínculos de ordem política. A difusão de clichês ao público alvo demonstra que o racismo é um produto da história e de certas relações sociais e econômicas, internacionais e interiores. Essa construção de uma África boçalizada, passiva, se serve de argumentos racistas para enaltecer o pueril jornalista europeu. Temos a versão, aparentemente ingênua, da mensagem de uma incapacidade das sociedades nativas, pois estão na mesma seara de pensamentos como o da África não ter história, o marco zero civilizacional ser atribuído à presença européia no continente, e a prática de atribuir à influência externa qualquer evidência de inteligência africana.

Mas para não pensarmos que as estratégias são tão lineares, outro prisma, merecedor de investigação, é o de uma África tradicional idealizada, com nativos não contaminados, o paraíso exótico que realiza a crítica à sociedade ocidental. O território virgem ativa as fantasias. Para satisfazer o apetite de sensações do leitor, o romântico naturalismo do final dos Oitocentos faz surgir uma série de obras onde a força de vontade é posta à prova, o super-homem suplanta a natureza. As aventuras heróicas, aliam nos cenários de viagens um imaginário sobre terras desconhecidas, ainda não “civilizadas”, selvas intrincadas, desertos, etc. A crítica à civilização industrial exalta a lei natural das selvas.

Nely Novaes Coelho (1985) tratou do surgimento de heróis como Tarzã, o homem puro sem os benefícios, mas também sem os males da civilização. O par

central Tarzan-Jane representa valores mais profundos que a civilização não pode trazer. Tarzã foi um dos heróis criados pela Literatura que chega no momento certo: em 1929, quando a série em quadrinhos é lançada, falia a Bolsa de Valores de NY e o mundo entrava num colapso econômico terrível. O herói reúne uma base mítica nos arquétipos ocidentais de Hércules, o homem nú, com musculatura extraordinária que afronta monstros. É o poder bruto, mas também a razão que estabelece ordem ao caos das forças infernais e quiméricas. Rômulo e Remo, os gêmeos recolhidos e alimentados pela loba, também pode estar associado ao conceito da nostalgia do homem civilizado, em face da Natureza livre.

Enfim, do ponto de vista cultural, a percepção de um lugar nomeado como África que remete à origem de uma população negra, não foi apenas contaminada por imagens depreciativas. Há a vertente das construções do exotismo africano. Mas há, para indicar como roteiro da atual reflexão, alguns marcos editoriais que propiciaram um contato mais direto com a tradição literária africana.

Lembrando uma luso-africanidade no Brasil

E o contato mais direto com algum repertório próprio da expressão literária africana, como se deu no Brasil?

À primeira vista, precisamos considerar uma África mediada por Portugal. Das situações colonialistas ou imperialistas, a evidência de uma oralidade expressiva por todo o continente permeou as dinâmicas de recolha tanto quanto o interesse na língua diversa das populações. Adentramos no âmbito das traduções culturais dos processos de literarizar os repertórios registrados por não africanos. O que não haverá disponível em fontes como o Arquivo Histórico Ultramarino, em produções institucionais como o Museu do Lunda, e acervos como os da Junta de Investigações do Ultramar, Junta Das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, etc.?

Mas essa ação portuguesa não é tão delimitada assim. Somente um levantamento sistemático das publicações pode elucidar os processos que envolveram esse tipo de produção. Héli Chatelain, um agente comercial norte-americano em Luanda, em 1894 assina uma edição em quimbundo e inglês, que será traduzida para o português setenta anos mais tarde, em 1964, com o título **Contos populares de Angola**. O exemplo aponta para os inúmeros cruzamentos de interesses para cada formato de livro a difundir ideias de África. A noção de popular em suas variáveis também é um marco para esse histórico.

O material advindo da prática de preservar o “folclore” ou a expressão popular enriqueceu publicações palatáveis ao gosto, à moral e ao costume do leitor de

contos, fábulas e lendas africanas.

O escritor africano como enunciador virá afirmar-se editorialmente nos anos de 1960-70. O protagonismo, a valorizar a própria história, coincide com o período das independências na região. Aliás, desde o final dos Oitocentos, associações recreativas e com fins literários, principalmente votadas para a produção de jornais, foram movimentos dos quais se tem notícias em diferentes localidades. Mas, até meados do século XX, pouco se sabe de uma produção voltada para o público juvenil.

Editoras portuguesas como a Verbo incluíram no seu catálogo livros de contos e lendas bem acabados, com capa dura e muito bem ilustrados. A classificação dos textos assinalava serem do folclore africano ou contos adaptados. Muitos desses livros chegaram ao Brasil e incentivaram iniciativas similares. O conjunto apresenta uma África indefinida. Em geral, constituem-se como uma reunião de textos sem a preocupação de precisar a fonte étnica das narrativas. Além da “adaptação” que retirava peculiaridades significativas para a apreensão da densidade cultural, muitos desses textos, apesar de fragmentados, foram capazes de preservar certa riqueza cultural. Embora se deva reconhecer seu mérito, o processo de homogeneizar a referência sob a marca “africano” expõe o quanto não era relevante considerar a identidade particular das narrativas, seja no âmbito da expressão, seja na localização geográfica. Sem deixar pistas para o leitor, extinguiu desdobramentos para o conhecimento de especificidades de ordem cultural.

As definições aconteceram. Por exemplo, a noção África lusófona. E até hoje, ela provoca debates. Pois não esconderia toda a diversidade linguística dos países? Afinal, Angola possui mais de vinte línguas nacionais. O português de Moçambique é falado por uma porcentagem pequena da população. E o caso da Guiné, com sua diversidade étnica, que, como São Tomé e Príncipe e Cabo-Verde, possui suas expressões crioulas? Por outro lado, o mote responsabilizaria países que afirmam sua oficialidade linguística para a constituição de políticas públicas para o setor. O mesmo sucede com países anglófonos ou francófonos em África.

Estes redimensionamentos da percepção revisitam o passado construindo alertas para as memórias futuras. Eles devem acompanhar as demandas sociais pela equidade na construção das representações. De preferência, sem prescindir das condições para o diálogo entre as diferentes sociedades.

Uma história para memória

A integração de repertório alusivo ao mundo africano em projetos editoriais se espalha pelos quatro cantos do planeta. O reconhecimento da qualidade literária

milénar acompanha o contato cada vez mais intenso a desconstruir antigos preconceitos fundados na ignorância. A tradição oral africana buscada para os contos, as fábulas e as lendas, vem de encontro a questionamentos contemporâneos acerca do alto valor do ensino da diversidade nos ambientes educativos. A ideia de África vem sendo ampliada para a apresentação de conteúdos fartos em elementos da natureza, da magia africana, dos vínculos com a ancestralidade. Essas têm sido algumas das vertentes detectadas para superar a constante associação com a dor da escravidão a referir o continente. Outras preferem exaltar a modernidade dos ambientes arquitetados para as histórias.

A infinidade de fábulas tão comuns nas sociedades africanas foi a frente mais constante a alimentar projetos gráficos que reintroduziram o convívio com animaizinhos espertos em meio a cores e formas inéditas inspirados em expressões locais. Se o *boom* editorial tem integrado e respeitado a autoria das populações locais, seja na integração de escritores(as), ilustradores(as), questões de direitos autorais, dentro da problemática étnica, são questões a serem auferidas.

No entanto, para pensar os relacionamentos entre o continente africano e o Brasil, que visem a superação do desconhecimento em via de mão dupla, vale o relato em primeira pessoa:

Eu estava em Portugal desenvolvendo uma pesquisa como bolsista da Cátedra Jaime Cortesão-Instituto Camões, quando soube de uma homenagem ao escritor moçambicano Mia Couto na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Foi a oportunidade de uma vivência não sei até quanto narrável. Mia Couto chegou, falou com brevidade e apresentou o convidado. Era Malagantana. O conterrâneo negro iniciou uma história. Mais de uma hora depois, a seleta plateia estava completamente absorta pela palavra do exímio narrador. Absolutamente provocante, a narração pedia opinião, integrava respostas, discutia com o público sem perder o ritmo da história que seguia envolvendo. O senhor havia trazido alguns meninos músicos e logo se viu, no meio de um trecho, o som ao vivo crescer e chamar os ouvintes para a dança ou para a sala toda a repetir refrões. Duas horas depois, as acadêmicas senhoras letradas reboavam ao comando do regente que, nos seus mais de sessenta anos, primava pela sensualidade. E muitas foram as horas reservadas ao encantamento pela capacidade daquele africano que sabia como ninguém, enlaçar ouvintes com uma só, e interminável, história.

O que ali se passou? A performance conduzida por Malagantana, o senhor Valente Ngwenya, é a expressão de uma história moçambicana. História da qual ele foi um dos mais importantes agentes. Durante o processo de colonização portuguesa, a ideia

de nação desvalorizava manifestações que propiciassem divisões étnicas. Tradicionalmente, diversas técnicas de contar uma história reuniam as comunidades. Não havia o momento para a criança ou para o ancião. Todos se achegavam para as *karinganas* ou *ua karinganas*. Além da fogueira, dos instrumentos, dos alimentos, o contador do dia reunia com uma saudação a qual todos respondiam. A história, conforme aconteceu na universidade desdobrava uma intensa participação coletiva. O que aprendi com Malagantana? Que a história precisa ficar viva!

O que ele ensinou a mim é uma das dimensões da sabedoria africana para a forma do narrar. *Karinganas* é um termo na língua ronga. É um momento de ouvir e criar junto uma história. Malagantana é o artista plástico moçambicano de renome internacional muito respeitado, pelo enfrentamento político do conteúdo de suas telas que o levou, inclusive, à prisão. Mas atua em muitas frentes tendo formado instituições de preservação, por décadas, das culturas locais. É, na verdade, um embondeiro!²²

A forma narrativa das *karinganas* ou *ua karinganas* soma-se às demais técnicas, como a daqueles griôs tradicionais no noroeste africano. Quantas mais não existirão a reunir expressão corporal, gutural, musical e tudo o mais para os assuntos engenhosos? Por fazerem parte da vida em comunidade e serem formas de transmissão de mensagens entre gerações permanentemente atualizadas, como a palavra viva será incorporada ao texto escrito?

Considerações finais

Certamente, toda essa fertilidade do contato com a diversidade cultural recupera a particularidade para um acervo do saber universal. Mas, sobretudo, já que falamos de memória é importante não esquecer o respeito ao se estabelecer as conexões. A aproximação editorial, ao se servir dos repertórios africanos, será marcada pela liberdade. Mas é fundamental sinalizar para a reverência nessa apreensão de conhecimento. Considerar a densidade na autoria é recuperar contextos para alcançar sentidos singulares nesse processo de conhecer. A postura envolvida no projeto deve recair na percepção acerca da origem africana, pouco assumida ainda em seu valor literário. Cabe, portanto, incentivar o diálogo entre autorias de cá e de lá, mas não como alvo para roubos de criatividade quando uma das realidades não recebe nada em troca. A troca precisa estar ciente das questões

2 - Depoimento da autora do artigo que também é escritora de obras voltadas para o público infantil e juvenil.

de acesso à produção editorial, e nesse aspecto, a especificidade africana merece toda a atenção.

Se os universos literários europeus entraram para a memória em quantidade e em qualidade, basta perceber sua presença nas nossas bibliotecas. Cabe a equidade a reequilibrar repertórios criados por outras geografias. E, sobretudo, a importância africana para o caso brasileiro. É fato a necessidade de superar uma ruptura histórica de produção de saber nessa ascendência relevante para a identidade de ser brasileiro. Temos o direito à continuidade dos saberes transmitidos entre a orelha, a língua e a mão que os transforma em letras.

Abstract

This article proposes a reflection about the subject race, color and ethnicity in literature produced in Brazil and Africa of portuguese language directed to an editorial circuit turned to the juvenile reader.

Key words: Race; Color; Ethnicity; Juvenile literature.

Referências

CHATELAIN, Héli. **Contos populares de Angola**. Tradução de Maria Garcia da Silva. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1964.

CHERUBINI, E. **Pinocchio na África**. Ilustrações de Charles Copeland. 3. ed. São Paulo: Livraria Liberdade, 1929.

COELHO, Nelly Novaes. **Panorama histórico da literatura infantil e juvenil: das origens indo-europeias ao Brasil contemporâneo**. São Paulo: Summus editorial, 1985.

HERGÉ. **As aventuras de Tintim: Tintim na África**. Rio de Janeiro: Record, 1970.

LA VAUX, Henri; GALOPIN, Arnald. **A volta ao mundo por dois garotos**. Rio de Janeiro: Flores e Manos, 1938.

VERNE, Júlio. **Cinco semanas em um balão: viagem de descoberta da África por três ingleses**. Tradução de Francisco Augusto Correia Barata. Lisboa: Bertrand, 1982.

VINCKE, E. **Geographes et hommes d'ailleurs: analyse critique de manuels scolaires**. Bruxelles: Centre bruxellois de recherche et de documentation pédagogiques, 1985.